
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 710/2023 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER
AJUDA DE CUSTO AOS MÉDICOS VINCULADOS AO PROGRAMA
“MÉDICOS PELO BRASIL” E QUE ESTEJAM A SERVIÇO NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR

LEI N.º 710/2023

DATA: 12 de Setembro de 2023.

SÚMULA: Autoriza o poder executivo a conceder ajuda de custo aos médicos vinculados ao programa “Médicos pelo Brasil”, e que estejam a serviço no Município de São José das Palmeiras - PR.

A câmara Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de São José das Palmeiras, conceder ajuda de custo aos médicos vinculados ao Programa “Médicos pelo Brasil” e que estejam a serviço do Município, conforme dispõe a Lei Federal nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, no âmbito Municipal de São José das Palmeiras.

§ 1º - As obrigações a que se refere o *caput* deste artigo compreendem, além da execução das demais ações de ordem administrativa e operacional previstas nos atos de regulamentação do Programa, o pagamento de ajuda de custo mensal no valor de R\$ 1.100 (um mil e cem reais) ao médico bolsista lotado no Município.

§ 2º - O valor mencionado no § 1º será pago ao médico que a ele fizer jus até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante pagamento direto ou depósito em conta corrente bancária.

Art. 2º - O valor da ajuda de custo previsto nesta Lei pelo Município para o desenvolvimento do Programa “Médico pelo Brasil” tem natureza meramente indenizatória, não configurando retribuição ou contraprestação por serviços prestados pelo médico participante e, por conseguinte, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza entre médico e Município.

Art. 3º - O médico participante perderá o direito à percepção da ajuda de custo prevista nesta Lei nas seguintes hipóteses:

Inciso I – abandono ou desistência do Programa; ou

Inciso II – desligamento do Programa.

Parágrafo único: A ausência injustificada do médico participante nas atividades de sua competência, por prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a suspensão do valor previsto no § 1º do artigo 1º desta lei e a notificação do fato à coordenação do Programa.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, aos 12 dias de Setembro de 2023.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:0E3F6195

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 13/09/2023. Edição 2856

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>